

# Fim de mandato deixa parentes sem emprego

*Congresso*

*Mulheres, sobrinhos e filhos de parlamentares que não se reelegeram vão perder cargos*

**B**RASÍLIA — As urnas que rejeitaram boa parte dos atuais deputados e senadores também ameaçam desempregar 70 filhos, mulheres, irmãos, sobrinhos e outros parentes de políticos, que transformaram o Congresso em caldeirão de emprego. As três famílias mais castigadas pela eleição deste ano são as dos deputados Adelaide Neri (PMDB-AC) e Costa Ferreira (PFL-MA) e do senador Meira Filho (PFL-DF). Cada uma tem quatro integrantes trabalhando no Congresso.

Já no Amapá as urnas foram generosas com a família do deputado Gilvan Borges (PMDB-AP). Eleito senador com 35 anos, idade mínima exigida pela Constituição, Borges vai levar para o Senado a mãe, Cícera Pinheiro Borges, os irmãos Geová Pinheiro Borges e Luís Geonilson Bor-

ges e a mulher, Maria Marlene Barriaga Borges. "Eles seguem comigo para o Senado", afirmou o parlamentar. "São de absoluta confiança e trabalham 24 horas por dia", completou.

A contratação de parentes não passa por qualquer controle da direção das duas Casas. O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, disse que cabe ao parlamentar fazer a indicação do funcionário que vai trabalhar em seu gabinete. Cada deputado pode empregar no mínimo 5 e no máximo 16 pessoas. Os salários somados não podem ultrapassar R\$ 6,7 mil e o maior é de R\$ 2,18 mil. No Senado, cada gabinete dispõe de três vagas de assessores, com vencimentos em torno de R\$ 2,9 mil.

Com essas vagas à disposição, muitos não resistem à tentação de nomear parentes. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), é um deles. No seu gabinete, só trabalham o filho Humberto Lucena Júnior e a sobrinha Esmeralda Jacome de Lucena. Mas outros oito integrantes da família ocupam cargos de

confiança em gabinetes de outros parlamentares há mais de dez anos. A troca de nomeações é comum no Senado e na Câmara. Quando assumiu o mandato pela primeira vez, em 1987, o então desconhecido deputado Benito Gama (PFL-BA) empregou a mulher do deputado Os mundo Rebouças (PMDB-CE), que contratou a mulher de Benito.

O senador Áureo Mello (PRN-AM) não conseguiu legenda para se candidatar à reeleição e vai embora no início do ano. Com ele, vai a mulher, Maria Teresa Mello Franco Ferreira. Mas o senador não está preocupado: "Minha mulher é procuradora aposentada da Justiça do Trabalho e tem boa pensão", disse ele, que já foi da tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor.

Auxiliar do senador Nelson Carneiro (PP-RJ) desde 1987, o sobrinho Miguel de Souza Carneiro não quer perder o emprego, agora que o tio não se reelegeu. Ele disse que vai oferecer seus serviços e a experiência no trabalho parlamentar a algum

senador em primeiro mandato. "Não tenho mais motivos para ir embora de Brasília, tenho até residência aqui." Filho do senador Lavoisier Maia (PDT-RN), o advogado Lauro Maia também não quer deixar Brasília quando o pai voltar para seu Estado. "Tenho a vantagem de ser advogado, mas vou tentar manter meu emprego no Senado."

Os quatro parentes empregados pelo deputado Costa Ferreira (PFL-MA) já voltaram ao Maranhão. A mulher, Elíne Nogueira Ferreira, e os filhos Israel, Ruth e Débora participaram da campanha dele, que só obteve uma suplência. "Ainda não sei o que vou fazer", disse Israel. "Meu cargo é de confiança e certamente terei de ir embora quando o mandato de meu pai acabar." Ele acha que poderá montar uma pequena empresa em São Luís.

Marlon José Neri, filho da deputada Adelaide Neri (PMDB-AC), também está se preparando para voltar para casa. Ele e as irmãs Maria do Socorro, Jacqueline e Missilene fizeram um rodízio durante o mandato da mãe: um dos filhos ficava sempre

em Brasília e três no Acre. Quando um se cansava da vida na capital, voltava ao Estado natal, cedendo o lugar para outro irmão. A Câmara permite que os funcionários dos gabinetes recebam salário sem aparecer.

Caso curioso é o da contratação de Carla de Carli, mulher do senador Carlos de Carli (PTB-AM), em 1991. Indagado na época sobre as razões que o haviam levado a empregá-la, o senador justificou: "Meu caso é de nepotismo às avessas, pois em vez de contratar a mulher, me casei com a secretária." O senador era separado. (J.D.)

**D**EPUTADOS  
TÊM DIREITO A  
CONTRATAR DE  
5 A 16 PESSOAS

16 OUT 1994

ESTADO DE SÃO PAULO